Edição 32 - Dezembro 2012 I www.apubh.org.br

jornal da apubh

35 anos apubh

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

Publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

IMPRESSO ESPECIAL
9912263184/10/DR/MG
A.P.U.B.H
CORREIOS
IMPRESSO FECHADO PODE SER ABERTO PELA ECT
Devolução Garantida
CORREIOS

GREVE DOS DOCENTES NA UFMG TERMINA APÓS 79 DIAS DE PARALISAÇÃO

pág. 13



Simone Ribeiro



Vinícius Matias

Fundado o Instituto de Pesquisas em Educação

pág. 10

UFMG EM IMAGENS

Escola de Música da UFMG é referência no ensino em Minas Gerais

Pág. 04

ESPAÇO DO ASSOCIADO

Mais do Mesmo
Autor:
Humberto Coelho de Carvalho

Pág. 06

JURÍDICO

Governo reconhece o atraso no pagamento das verbas reconhecidamente devidas

Pág. 07

PROMOÇÃO

Traga um colega para se filiar e ganhe um kit personalizado

Pág. 15

Belo Horizonte sedia o I Seminário Latino Americano do IPE

pág. 12

O evento ocorreu na Escola de Engenharia da UFMG, nos dias 23 e 24 de novembro de 2012

Direito às férias durante os afastamentos para capacitação

pág. 09

A Apubh abrirá novo grupo para ingresso de mais uma ação. A entrega dos documentos será até o dia 01/03/2013

\o/ expediente

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2012-2014
Rua Artur Itabirano, 65 – São José/ Pampulha
Cep.: 31275-020 – Tel.: (31) 3441-7211 Fax: 3441-1303
www.apubh.org.br – apubh@apubh.org.br

Diretoria Executiva:

- Presidente: João Maurício Lima de F. Mota
- 1º vice-presidente: José de Siqueira
- 2º vice-presidente: Giovane Azevedo
- Secretária-Geral: Otávia F. de S. Rodrigues
- Vice-Secretária-Geral: Débora Torres Mendes de Oliveira
- Diretor de Finanças: Armando G. M. Neves
- Vice-Diretor de Finanças: Carlos Barreira Martinez
- 1º Suplente: Augusto Afonso Guerra Junior
- 2º Suplente: Marta de Oliveira Pimentel

Diretorias Setoriais:

- Ciência e Tecnologia: Haroldo Béria Campos
- Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado e Lúcio José Vieira.
- Política de Ensino Básico e Profissional: Alex Fabiani de Brito Torres e Fábio Costa Pedro
- Diretoria de Política Educacional: Rosângela Carrusca Alvim
- Diretoria de Aposentados: Maria Miquelina Barra Rocha
- Política Sindical: Paulo César da Costa Pinheiro
- Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Diretoria de Comunicação: Dalmir Francisco
- Seguridade Social: Myriam Bahia Lopes
- Diretoria de Política da Saúde: Acássia Júlia Guimarães Pereira Messano

Jornal da APUBH

- Comissão Editorial: José de Siqueira e Dalmir Francisco
- Editor e jornalista responsável: Simone Ribeiro de Melo Jornalista - MTB 11455/MG
- Editoração eletrônica e ilustrações: Lucas Daian
- Tiragem: 3 mil exemplares

Os textos publicados nas editorias Espaço do Associado e Opinião são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Apubh.

« memória



Acervo da Apubh

Precursores do Baile dos Professores, os happy hours realizados em várias unidades acadêmicas da UFMG e na sede da Apubh representam a face lúdica e social do Sindicato ao promover a integração e a socialização de seus filiados. É um espaço para a conversa descontraída, manifestações artísticas, dança, música etc.

O MÊS: diversos
O ANO: 1998 e 1999
O FATO: HAPPY HOUR DA APUBH (Escola de Veterinária e sede da Apubh).

editorial

Prezado associado,

Estamos finalizando um ano cheio de conquistas e de lutas. A luta do movimento docente, através da greve, resultou em reajustes acima de todas outras categorias do serviço público, mas não em uma carreira digna. Fato que nos coloca o imperativo ético de seguirmos no firme propósito de fortalecimento do coletivo de trabalhadores docentes do Brasil e que resultou em uma nova articulação sindical docente, através da criação do Movimento Docente Independente e Autônomo – MDIA, já que Andes e Proifes estão dominados por partidos políticos, de oposição, no caso do primeiro, ou governistas, no caso do segundo. O MDIA visa, de forma enfática, à defesa dos interesses dos professores de universidades e institutos federais, não os interesses de partidos ou do governo. Fundado pela Apubh, Apufsc e Adunifei, o MDIA já conta com a adesão da Adunb. Em 2013, o MDIA investirá na adesão de outras Associações Docentes, fortalecendo cada vez mais uma representação sindical docente legítima, representativa e ética.

As conquistas começaram ainda no final de 2011, quando a Apubh e outros sindicatos e federações docentes fundaram a Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul, Fesiduas. Continuaram com a fundação dos Institutos de Pesquisas em Educação – IPE Brasil e da América Latina e do Caribe, IPE-ALC, idealizados pela Apubh e inspirados no Dieese. Em resumo, os IPE são o Dieese da Educação, congregando sindicatos de docentes do setor público superior, do setor público fundamental e médio, dos técnico-administrativos e entidades estudantis, bem como movimentos sociais interessados na melhoria da Educação. Como viemos a descobrir, o Dieese é desconhecido fora do Brasil, sem similares até mesmo nos nossos vizinhos da América Latina. Através da articulação da Apubh na Fesiduas, a proposta do Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e do Caribe - IPE-ALC tornou-se realidade em 31 de março deste ano, quando foram fundados o IPE Brasil e o IPE-ALC. Mas as conquistas não pararam por aí, pois em 30 de setembro deste ano, foi fundado o IPE Peru e, no período de 23 a 24 de novembro realizamos o I Seminário do IPE – ALC, em Belo Horizonte/UFMG, com o tema "Valorização Docente e Financiamento da Educação" e com a presença de representantes de diversos países que compõem o continente latino americano. Assim, em 2013, teremos a fundação do IPE Argentina, IPE Bolívia, IPE Colômbia e IPE Equador, formando uma rede de pesquisas em Educação financiada por sindicatos de docentes, técnico-administrativos e entidades estudantis, pela melhoria da Educação no nosso continente.

Desejamos a todos os professores e, em particular, a cada filiado um excelente final de ano, com muitas comemorações, preparando-nos para novas lutas e novas conquistas em 2013!

A Diretoria da Apubh.

UFMG em imagens:	Página 04
Espaço do associado:	Página 06
Jurídico / Nova ação:	Páginas 07 a 09
Fundação do IPE	Páginas 10 e 11
CAPA: Greve 2012	Páginas 13 a 15
Notícias I:	Página 16
Opinião:	Páginas 17 e 18
Notícias II:	Página 19
Agenda:	Página 20

>> Página 3

UFMG em Imagens

Escola de Música da UFMG é referência no ensino em Minas Gerais

Como uma unidade acadêmica federal, há 50 anos a Escola de Música tem sido referência no ensino e pesquisa no campo musical em Minas Gerais. Entretanto, a sua história começou em 1925 com a criação do Conservatório Mineiro de Música, que, 37 anos depois, seria incorporado à Universidade Federal de Minas Gerais.

Localizada no campus Pampulha, a Escola de Música da UFMG oferta cursos de graduação – bacharelado com 19 habilitações e licenciatura, pós-Graduação (mestrado e especialização) e extensão. Docentes, discentes e funcionários da Escola participam rotineiramente de concertos, recitais e apresentações em eventos promovidos pela própria universidade e também em eventos externos. A comunidade também tem acesso ao conhecimento e às atividades da escola através dos cursos e projetos de extensão, tais como: projeto "Música para Todos", projeto "Viva Música" que promove visitas monitoradas à Escola de Música, ao Conservatório de Música e ao Parque Escola Cariúnas. Também destacam-se os cursos desenvolvidos no Centro de Musicalização Infantil.



Simone Ribeiro

Fachada principal da Escola de Música





Espaço interno da escola

Homenagem da Apubh a Sérgio Miranda

Sérgio,

Nós, professores da UFMG, sempre tivemos você como um guerreiro, um companheiro, um amigo. Amigo de nossas lutas, amigo dos trabalhadores brasileiros, amigo da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e acessível a todos. Incansável, na busca por um Brasil justo e soberano. Você enfrentou a ditadura militar, com coragem e determinação. Resistiu à força armada. Desde secundarista, e são incontáveis os anos e os momentos vividos. Seguiu vida afora, com a tranquilidade dos que têm mais o que sonhar. E chegou a nós. E quando chegou, não nos deixou mais. Você se tornou o nosso braço forte, a nossa referência como pessoa e como parlamentar. E continuou sendo, pelos anos afora. Mas o grande baque ainda estava por vir, e esse foi o seu grande sofrimento, talvez mais doloroso que o câncer que o levou. E nós, professores universitários, sabemos do que estamos falando. Para não trair a luta e os direitos dos trabalhadores e para ser fiel a seus princípios de lealdade, você teve que dizer não ao seu Partido do coração, um Partido pelo qual você ofereceu a vida por diversas vezes.

Sérgio, tantas vezes estivemos juntos, em muitas e muitas lutas, e hoje não podemos mais ouvir suas palavras de força e amizade. Mas sabemos que é impossível ficar sem você. Você continua com a gente, nos ensinando que é preciso seguir em frente, acreditar nos sonhos, perseguir o impossível, ir além dos limites. Sua ternura, suas palavras - "E aí, meus amigos?"- nós as repetimos agora. E aí, Sérgio Miranda?

Sérgio Miranda, PRESENTE!

Mensagem de Natal (*)

"Operário do conto, me apresento
Sem marca ou cicatriz, limpas as mãos,
Minha alma limpa, a face descoberta,
Aberto o peito, e - expresso documento -
A palavra conforme o pensamento."

Profissão do Poeta - Geir Campos
(*) mensagem de Sérgio Miranda, em cartão de Natal cedido pelos amigos.



>> Página 5

~ espaço associado

MAIS DO MESMO

Humberto Coelho de Carvalho
Professor aposentado do ICB / UFMG

Em 02/03/2012, o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) aprovou por unanimidade a construção de dois hotéis vizinhos, cada um com 13 andares e 40m de altura, na Av. Alfredo Camarate, na Pampulha, com início imediato das obras.

Inconformados, moradores da região questionam a regularidade do licenciamento aprovado, alegando:

a) infração de normas de legislações anteriores resguardadoras da proteção de monumentos tombados, da paisagem natural nativa e da plantada, além da fauna local;
b) liberação subreptícia de construções irregulares com edificações de puro apelo comercial;
c) possível aumento do risco de contaminação do lençol freático devido a movimentação de terra, na área destinada à construção dos hotéis;
d) impactação do trânsito numa região de ruas estreitas e próxima da orla da lagoa;

Em BH, o problema da verticalização do Centro, da Savassi, do Buritis, do Belvedere, da Mangabeiras e mais recentemente do Ouro Preto, do Planalto e da Pampulha, entre outros, parece estar impregnado duma lógica implícita – a de desenvolver-se para cima, doa a quem doer, com garantia de engarrafamento crescente do tráfego à porta, dúvidas sobre a confiabilidade técnica das gigoedificações (vide a preocupante onda de desabamentos, infiltrações, rachaduras e trincas – inclusive das vias de acesso, de desrespeito aos prazos de entrega etc, etc).

Paralelamente ao furor verticalizante das classes média e alta corre o da favelização das periferias por parte dos menos favorecidos. Ambos igualmente insatisfeitos com a regulação e a assistência que lhes é oferecida pelo poder público.

Tudo isso, ocorre sem estrutura sanitária, pluvial e elétrica, ou sem adequada assistência nas áreas de saúde, educação, transporte e segurança - mas com aval, conivência ou estímulo da Prefeitura, da Câmara Municipal, da Lei do Uso e Ocupação do Solo, do IPTU e do COMPUR, postos a serviço de discutíveis interesses do setor privado.

Em suma, as más condições de urbanização desgostam igualmente, a curto e médio prazo, abonados e não abonados.

Os interesses e visões conflitantes de ambientalistas, ruralistas, proprietários, assentados rurais, populações indígenas e dirigentes públicos, entre outros, legitimam o estabelecimento de normas conciliatórias. Políticas equivocadas podem porém nos levar a degradação e destruição de habitat urbano e rural, com conseqüências irreversíveis para atuais e futuras gerações.

É um indicativo de nossas ambigüidades sociais o cuidado que dispensamos ao uso e expansão do solo urbano – vide, por exemplo, o crescente adensamento e expansão de favelas (e condomínios) sobre áreas de florestas e montanhas.

Nosso capitalismo tupiniquim propiciador de benesses para poucos, em detrimento do sofrimento de muitos, precisa ser reavaliado. Desconfiemos das prioridades ora escolhidas. Proponhamos um basta ao nefando conluio do capital financeiro com certa minoria oportunista e inescrupulosa. Todos poderíamos ser mais verdes ao cuidar do manejo sustentável da água, da energia e da ventilação – e menos tolerantes – na aceitação de soluções impactantes do ponto de vista ambiental, social e estético.

Transparece do espaço dedicado pela Imprensa ao embróglio da Pampulha (vide Jornal O TEMPO, por exemplo) serem sombrias as conseqüências da construção pretendida e pouco animadoras as providências que estão sendo tomadas para evitá-las.

Aos assustados moradores dessa região e adjacências, nossos votos de possíveis melhores ares e que os ajudem os deuses, sobretudo os da esperança.

Uma versão completa do artigo foi publicada na edição 29 da Revista Caminhos.

>> **Página 6**

Jurídico

Flávia da Cunha Pinto Mesquita
Assessora jurídica da APUBH
Integrante do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados

GOVERNO RECONHECE O ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RECONHECIDAMENTE DEVIDAS

Portaria do MPOG estabelece critérios para pagamento de despesas de exercícios anteriores

Diversos são os casos de servidores que, mesmo após apresentar requerimentos a fim de receberem as pendências decorrentes de vantagens reconhecidas administrativamente, têm de se contentar com a informação de impossibilidade de pagamento, em razão da falta de recursos orçamentários.

A conduta administrativa viola direitos dos servidores e afronta garantias previstas na Constituição Federal, uma vez que não estão sendo observados princípios que regem o direito brasileiro, como os princípios da legalidade e da proibição ao enriquecimento sem causa.

A fim de reparar tal atitude, no mês de fevereiro, o Ministério do Planejamento publicou a Portaria Conjunta nº 1, de 17/02/2012, que noticia a autorização de pagamento de vantagens classificadas como exercícios anteriores.

Para que o pagamento ocorra, exige-se a abertura de processo administrativo, que nos termos do artigo 5º da citada Portaria deve ser instruído com os seguintes documentos: a) requerimento do interessado ou o ato administrativo que originou a concessão da vantagem; b) cópia dos documentos comprobatórios que ampararam a concessão da vantagem; c) planilha de cálculo; d) fichas financeiras relativas ao período devido; e) nota técnica conclusiva, exarada pela área de recursos humanos; f) reconhecimento de dívida pelo dirigente de recursos humanos; g) declaração do beneficiário, no sentido de que não ajuizou e não ajuizará ação judicial pleiteando a mesma vantagem, no curso do processo administrativo de pagamento de exercícios anteriores; h) parecer de legalidade emitido pela Controladoria-Geral da União, nos atos concessórios de aposentadoria e de pensão; i) manifestação da unidade de assessoramento jurídico da Advocacia-Geral da União quanto à legalidade do pleito, naqueles processos cujos valores sejam iguais ou superiores a R$ 70.000,00.

Contudo, a Portaria ainda falha na medida em que não reconhece o direito à correção monetária e aos juros de mora que deveriam ser aplicados até a data do efetivo pagamento, o que contraria inúmeras decisões judiciais, incluindo de Tribunais superiores.

Nessas situações, somente através de propositura de ação judicial os servidores obterão o valor integralmente devido, acrescido de juros e correção monetária.

Cabe, por fim, salientar que os servidores podem cobrar judicialmente os valores devidos **desde que as verbas ou os pagamentos insuficientes sejam relativos aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.**

Os servidores que têm créditos a receber ou que receberam à menor podem procurar a assessoria jurídica, **nos plantões da APUBH e levar os documentos relativos às vantagens reconhecidas ou dos pagamentos eventualmente feitos.**



Os trabalhos devem ser enviados para o e-mail comunicacao@apubh.org.br até 08/02/2013.
Consulte orientações no site da Apubh.
Link: http://migre.me/cs0h6

>> Página 7

jurídico

JUSTIÇA CONSIDERA QUE AUMENTO DE MENSALIDADE DE PLANO DE SAÚDE POR FAIXA ETÁRIA PARA IDOSO É ILEGAL

Ítalo Souza Nicoliello
Geraldo Marcos e Advogados Associados

O Superior Tribunal de Justiça considera ilegal as disposições dos contratos de planos de assistência médica e hospitalar que prevêm o reajuste de mensalidades de plano de saúde com base exclusivamente em mudança de faixa etária quando o consumidor tiver mais de 60 (sessenta) anos.

O aumento muitas vezes expressivo dos valores das mensalidades para os idosos exigidas pelos planos de saúde é considerada medida discriminatória pela Justiça por ofender o Estatuto do Idoso, que prevê no parágrafo 3º do seu artigo 15: "É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade."

Assim, recomenda-se que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos fiquem atentas aos valores que são cobrados pelas operadores de planos de assistência médica e hospitalar. Recentemente o departamento jurídico da APUBH identificou um aumento abusivo no caso de um professor aposentado e promoveu uma ação de cobrança em face da Unimed-BH. A demanda foi julgada procedente em todas as instâncias, inclusive com o deferimento de liminar imediata, e o professor já teve restabelecida a mensalidade ao valor correto e restituídas as diferenças que pagou a maior convenientemente corrigidas e acrescidas de juros de mora.

XV ENCONTRO DE ADVOGADOS DE SERVIDORES PÚBLICOS

Flávia da Cunha Pinto Mesquita
Geraldo Marcos & Advogados Associados

Aconteceu em Brasília, de quinta (19/04) a sábado (21/04), a XV Reunião do Conselho Técnico dos escritórios matriz, filiais e parceiros de Wagner Advogados Associados. O encontro teve como principais objetivos analisar as questões de interesse dos servidores públicos surgidas no último ano, promover trocas de experiências e planejar as ações para o próximo período.

Dentre os integrantes e parceiros participaram do evento advogados de Santa Maria, Brasília, Macapá, Aracaju, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, Vitória e Belo Horizonte, essa última cidade representada pelo escritório Geraldo Marcos e Advogados Associados, na pessoa da assessora jurídica da APUBH, Flávia da Cunha Pinto Mesquita.

Algumas das pautas analisadas trataram sobre as questões na instituição do ponto eletrônico; a situação dos mandados de injunção da aposentadoria especial; a previdência complementar do servidor público; progressão para professor adjunto nos casos em que não há obtenção da titulação necessária; reenquadramento de docentes no magistério superior, na classe de professor associado; a regulamentação da convenção 151 da OIT, que assegura a proteção dos trabalhadores da Administração Pública no exercício de seus direitos sindicais, seja como filiados ou representantes de sindicatos, garantindo sua autonomia de atuação.



DIREITO ÀS FÉRIAS DURANTE OS AFASTAMENTOS PARA CAPACITAÇÃO SERÁ NOVAMENTE BUSCADO PELA APUBH POR MEIO DE AÇÃO JUDICIAL

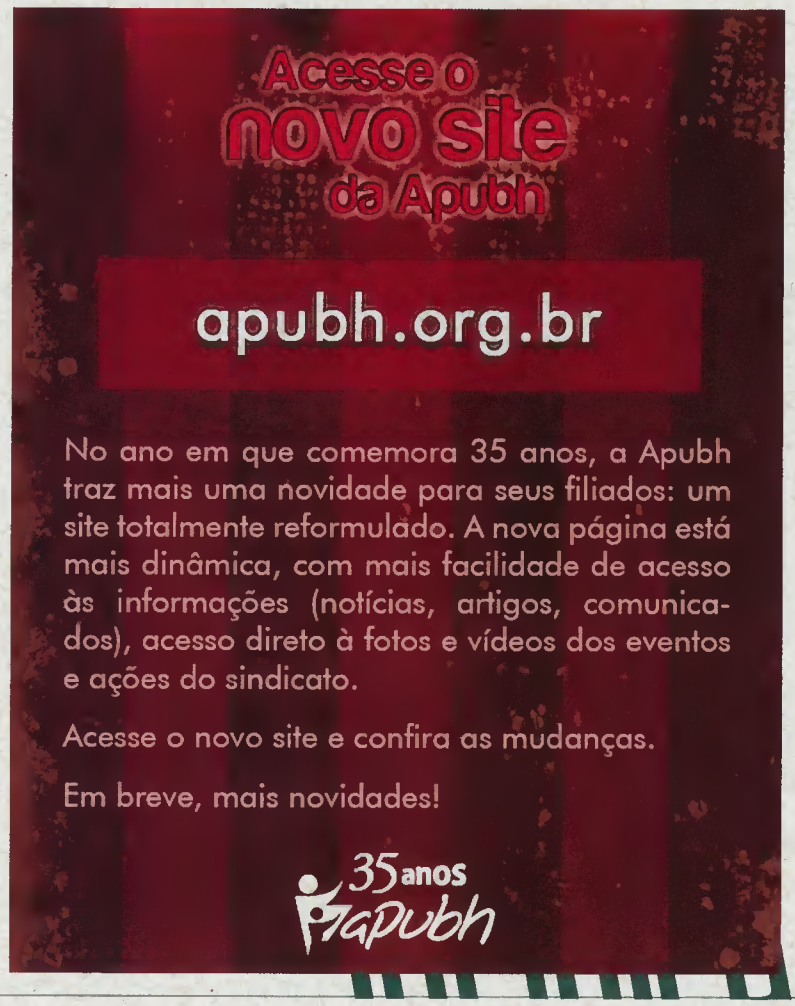
Apesar da decisão judicial de antecipação de tutela obtida pela APUBH nos autos da ação de nº 4100-93.2011.4.01.3800, atualmente em trâmite perante a 21ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais – foro de Belo Horizonte, a UFMG insiste em cumprir a orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, constante da Nota Técnica nº 433/2009, que restringiu o direito do servidor que esteja afastado ou licenciado do seu cargo para capacitação à percepção das férias.

Conforme assinalou a decisão judicial proferida nos autos da ação coletiva em referência, tal orientação é descabida e ilegal, eis que não encontra respaldo na Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico Único), que exige apenas 12 meses de efetivo exercício para que o servidor possa usufruir do seu direito às férias e só admitiu a exclusão das faltas ao serviço no cômputo das férias. Além disso, os afastamentos para treinamento e capacitação são considerados como de efetivo exercício, nos termos do artigo 102 da citada lei.

Diante disso, a APUBH abre novo grupo para ingresso de mais uma ação judicial coletiva. Os interessados deverão providenciar os documentos listados abaixo, necessários para a ação e entregá-los na sede da APUBH, até o dia 01/03/2013.

Lista de documentos

1. Cópia de um contracheque recente;
2. Cópias da CI e do CPF;
3. Cópia de um comprovante de residência;
4. Históricos individuais de afastamentos e de concessão de férias (deverão ser obtidos junto ao Departamento de Pessoal);
5. Autorização para representação processual, com firma reconhecida;
6. Contrato de honorários devidamente assinado, em três vias.



>> Página 9

// notícias

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Seminário reuniu entidades do Brasil, América Latina e Caribe



Vinícius Matias

Mesa de abertura destacou a relevância do IPE e da reflexão sobre o PNE

Em 31 de março foi fundado o Instituto de Pesquisas em Educação – IPE como resultado de uma iniciativa conjunta entre o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH, o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino Superior de Belo Horizonte – Sindifes/BH, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - SindUTE, o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina – Apufsc-Sindical, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Itajubá - ADUNIFEI, a Federação Nacional dos Estudantes de Escolas Técnicas - Fenet, a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte - Ames BH, a União Estadual dos Estudantes - UEE-MG, a União Nacional dos Estudantes – UNE, o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), o Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário da UNA.

Neste mesmo dia também foi fundado o Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e Caribe – IPE-ALC, pela APUBH, a Federação dos Docentes Universitários - FEDUN (Argentina), a Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul – Fesiduas, Buro Sindical da Universidade de Havana (Cuba) e Associação Peruana: Universidade, Sociedade e Democracia - ASPERUSD.

>> Página 10

Concebido pelo atual 1º vice-presidente da Apubh, professor José de Siqueira, o IPE e o IPE-ALC nascem como uma organização do Movimento Sindical e do Movimento Estudantil, nos moldes do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio econômicos e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentear - Diap. "A gente sente necessidade de fazer algo pela educação, principalmente, por sermos representantes das categorias que são protagonistas da educação no dia a dia. O problema é que não temos um fórum para discutir o que é comum a todos nós: representantes docentes, técnico-administrativos e estudantes, declarou José de Siqueira.

Para Marcelo Magnasco, representante da FESIDUAS e da FEDUN, a construção desse novo espaço de pesquisa é importante e que deve ser criado como uma organização da vontade política de participação das organizações e dos pesquisadores, dos professores e dos alunos. "Nós da Fesiduas e da Fedun estamos aqui para dar nossa colaboração para que o IPE seja um êxito, e não ser apenas uma intenção, mas uma ideia de uma certa unidade latino-americana".

A finalidade do IPE é a de financiar e fomentar pesquisas em Educação para identificar as demandas do sistema educacional do Brasil e dos países da América Latina e do Caribe, a partir do ponto de vista dos trabalhadores da educação e estudantes. O IPE dará os meios e conhecimentos necessários aos trabalhadores e estudantes para propor à sociedade soluções para os graves problemas da educação, visando o objetivo principal que é a melhoria da qualidade da educação no Brasil e na América Latina.



Simone Ribeiro

Primeira diretoria do IPE-ALC é formada por representantes do Brasil, Peru, Argentina e Cuba

No Brasil e na América Latina e Caribe, os IPEs serão constituídos por servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes. O Instituto terá em sua estrutura organizacional: uma instância deliberativa máxima, que é a assembleia, que estabelecerá as estratégias de atuação ou de pesquisa; o conselho deliberativo que vai determinar a forma como os objetivos estabelecidos pela assembleia serão alcançados; e uma diretoria executiva e conselhos que devem assegurar a participação ampla e democrática dos membros associados ao IPE.

A primeira diretoria do IPE – Brasil, eleita por maioria de votos para o mandato até dezembro de 2012, é constituída por José de Siqueira (APUBH), presidente; Cristina Del Papa (Sindifes), vice-presidente; Mônica Maria de Souza (SindUTE), secretária-geral; Matheus Malta Rangel (UNE), tesoureiro. Já a diretoria do IPE/ALC tem como vice-presidente, Marcelo Gonzalez Magnasco (FESIDUAS); secretário-geral, Marcelo Bentancour (FEDUN); tesoureiro, Rafael Hernández Garcia (Buró Sindical da Universidade de Havana (Cuba). Os conselhos da entidade serão escolhidos durante a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em julho de 2013, em local a ser definido. O professor José de Siqueira foi eleito presidente de ambas as entidades.

Qualidade da Educação e Financiamento do PNE

O Seminário de Fundação do IPE foi precedido de um debate sobre que pesquisas o IPE deveria priorizar. O tema abordados foi "PNE: Balanço e Perspectivas", em que dois eixos foram discutidos, "Qualidade da Educação no PNE" e "Financiamento do PNE".

A qualidade da Educação no PNE foi discutida pelo coordenador - geral da Campanha Nacional pelo direito à Educação e pelo secretário-executivo adjunto do Ministério da Educação, Francisco José das Chagas que apresentou as bases da nova proposta do PNE, o resultado da avaliação do plano no decênio (2000-2010), os desafios, as estratégias de mobilização do governo e o contexto sistêmico da educação brasileira.

Chagas destacou o grande desafio do governo e das entidades que militam no campo da educação que é se fazer cumprir o PNE. "Um grande desafio nosso é fazer com que esse plano nacional não seja um plano para um governo cumprir, é um plano para o Estado Brasileiro cumprir. Vários governos vão ter essa responsabilidade", frisou.

Já Daniel Cara enfatizou o acesso ao ensino de qualidade como direito constitucional e a missão do PNE. Para ele, o tema da qualidade da educação é o tema ideologicamente mais conflitivo dentro do PNE, principalmente porque conseguiu-se fechar "um consenso de que é preciso mais recurso para educação, mas não conseguiu fechar que o recurso tem que ir para a escola pública", explicou.

Em sua palestra, o professor da USP, José Marcelino de Rezende Pinto, falou sobre "O financiamento da educação no Brasil e os desafios de uma educação de qualidade", destacando o panorama do atendimento em educação no país, os gastos públicos com educação, a remuneração docente e o financiamento do PNE. Já o professor do Centro Universitário UNA e técnico do DIEESE, Frederico Melo abordou as metas e as diretrizes do PNE para o decênio 2011-2020, as possíveis fontes de financiamento e as políticas públicas em educação.

BELO HORIZONTE SEDIA O I SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DO IPE – ALC



Lucas Daian

Seminário debateu a realidade da valorização docente

Belo Horizonte sediou nos dias 23 e 24 de novembro de 2012, o I Seminário do Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e Caribe – IPE – ALC. Para refletir sobre a Valorização Docente e o Financiamento da Educação, estiveram presentes ao evento representantes de entidades sindicais docentes de Minas Gerais, do Peru, da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Argentina e de Cuba e estudantes.

A proposta do seminário foi de através do debate identificar as diferenças e semelhanças da realidade docente na América Latina a fim de "fornecer subsídios para a ampliação do debate e a formulação de políticas públicas, visando sempre a melhoria da qualidade da educação". O evento foi promovido pelo IPE Brasil, IPE Peru, IPE-ALC e a Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul – Fesiduas.

O Financiamento da Educação, questão que é ponto de inúmeras discussões tanto na esfera governamental quanto no âmbito das organizações sindicais, foi tema da palestra da professora doutora da Faculdade de Educação da UFMG, Marisa Duarte. A professora abordou as políticas de financiamento da educação no Brasil e as políticas de gestão do sistema educacional, ou seja, Duarte apresentou e explicou a forma como os impostos e tributos são convertidos para a área da educação, como o financiamento afeta a qualidade da educação, como os recursos da educação infantil são aplicados e as diferenças dos modelos de financiamento dos países da América Latina. A realidade do financiamento da educação em Cuba foi apresentada pela professora Ana Margarita Sosa Castillo.

A problemática da valorização docente na Colômbia, Argentina e Brasil foi discutida respectivamente pelos professores Gonzalo Arango Jiménez, Marcelo Bentancour e Juliane Corrêa.

O I Seminário Latino Americano do IPE-ALC foi encerrado com a palestra sobre Financiamento da Educação e Dívida Pública e o lançamento do Caderno de Estudos da Auditoria Cidadã da Dívida. A auditora fiscal Eulália Alvarenga apresentou o trabalho desenvolvido pela Auditória Cidadã da Dívida Pública que tem o objetivo de popularizar o debate sobre o endividamento brasileiro e mostrar como a população é diretamente afetada com a dívida.

Escrito com a colaboração de Priscila Naiara Lopes Gomes.

capa

Greve dos docentes da UFMG terminou após 79 dias de mobilização



Simone Ribeiro

Professores, técnico-administrativos e estudantes da UFMG e Ifes mineiras em greve participaram de ato unificado em frente ao Banco Central no dia 28 de junho

Reunidos em assembleia geral, no dia 05 de setembro, os professores da UFMG encerraram a greve na universidade. Pelo fim imediato da greve votaram 241 professores. 13 professores abstiveram-se e 140 votaram pelo fim da greve com data marcada. O término da greve na instituição não significou que os docentes aceitaram os termos do acordo proposto pelo governo e o conteúdo do Projeto de Lei encaminhado ao Congresso. A greve contou com a adesão de 57 das 59 Instituições Federais de Ensino, em uma das maiores mobilizações da história da categoria. Durante a paralisação foram realizadas várias atividades de mobilização da comunidade universitária e da sociedade em geral (confira a página ao lado).

Iniciada no dia 19 de junho, a greve na instituição durou 79 dias e mobilizou docentes dos campi BH e Montes Claros. A pauta de reivindicações da categoria incluiu a reestruturação da carreira com recomposição salarial e melhorias das condições de trabalho, principalmente nos cursos e instituições criados ou expandidos com o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

A greve nacional deflagrada no dia 17 de maio teve como motivação o não cumprimento de parte do acordo firmado com o governo federal em agosto de 2011. O acordo previa a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) e Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT) ao vencimento básico (VB), correção de 4% e a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir a carreira com prazo de conclusão em 31 de março de 2012. Parte deste acordo foi cumprido, mas a reestruturação da carreira foi ignorada pela governo.

No dia 14 de julho, cerca de 2 meses após o início da paralisação nacional, o governo convocou uma mesa de negociação e apresentou uma proposta para as entidades representativas dos docentes presentes à reunião: Andes, Proifes e Sinasefe. A proposta previa um percentual de aumento de 12 a 40%. Em seu plano de carreira, o governo propunha uma tabela salarial baseada no incentivo à titulação de doutorado e com grande desvalorização das demais titulações. Os aumentos salariais dar-se-iam em 3 anos e eram variados, sendo que o aumento de 45% contemplaria somente uma pequena parcela da categoria docente, ou seja, os docentes titulares, doutores e com dedicação exclusiva. Na avaliação dos docentes, a proposta trazia sérios prejuízos aos docentes que não têm doutorado, pois receberiam aumentos bem menores que os 45%.

O governo propôs também a redução dos níveis da carreira de 17 para 13 e um interstício de 24 meses para progressão. Introduziu também um mínimo de 12 horas/aula por semana para que os professores possam pleitear a promoção. Este aumento com relação à carga horária mínima vigente, que é de 8 horas/aula, implica em grandes dificuldades para a manutenção da pesquisa e da extensão, atividades docentes tão importantes quanto o ensino. A proposta foi rejeitada por todas as universidades em greve por não atender aos pontos principais da pauta de reivindicação.

No dia 24 de julho, em uma nova reunião, o governo apresentou uma contraproposta de reajuste salarial e reestruturação da carreira docente. A nova proposta concedia aumento de 25 a 40% ao longo de três anos a partir de março de 2013, mantinha a concessão de reajuste maior para o topo da carreira (professor Doutor, DE e Titular). A contraproposta também foi rejeitada pela maioria das IFES. Entretanto, foi aceita pelo Proifes que assinou o acordo com o governo no dia 03 de agosto. O governo então encerrou de forma unilateral o processo de negociação com os docentes.

A partir daí, os docentes intensificaram as ações de mobilização da categoria para pedir a reabertura do processo de negociação para que o governo atendesse as reivindicações da categoria. Tais ações envolveram idas às assembleias legislativas estaduais, à Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

No entanto, a greve nacional foi encerrada no dia 15 de setembro sem que o governo reabrisse a negociação.

Os documentos do processo de negociação, as tabelas de reajuste para os 3 anos podem ser conferidas no site da Apubh: www.apubh.org.br , no link "documentos da negociação"

Panorama da Greve na UFMG



Simone Ribeiro

Em assembleia lotada, no dia 05 de setembro, os docentes optaram pela saída imediata da greve

Em todas as assembleias realizadas durante a greve foram feitos relatos sobre a mobilização nas unidades acadêmicas e as decisões tomadas nas reuniões locais, relatos da participação dos representantes dos docentes da UFMG no Comando Nacional de Greve. Também foram discutidas a situação da mobilização dos docentes, as dificuldades da categoria para o exercício de sua função, a pauta de reivindicações da greve e as propostas apresentadas pelo governo federal.

01 de junho (Auditório do ICEX): É votado o indicativo da greve na UFMG.

12 de junho (Auditório da FACE): Aprova a deflagração da greve no dia 19 de junho.

19 de junho (Auditório da Reitoria): Os professores da UFMG entram em greve por tempo indeterminado. Institui-se o Comando Local de Greve da UFMG para coordenar as ações de mobilização.

22 de junho (Auditório da Escola de Engenharia): Mantém-se a greve na universidade.

28 de junho (Auditório da Faculdade de Medicina): Participam de Ato Público em frente ao Banco Central em BH, juntamente com técnico-administrativos, professores e alunos da UFMG, CEFET-MG, UFOP, UFVJM e IFMG. A manifestação fez parte do Ato Nacional em Defesa da Verba para Educação que aconteceu simultaneamente em todas as capitais do país.

4 de julho (Auditório da Reitoria): Docentes aprovam a continuidade da greve, a entrega de uma moção ao reitor da UFMG pedindo a convocação de reunião extraordinária do CEPE para discussão da suspensão do calendário acadêmico escolar do 1º semestre de 2012, elaboração de um documento com indicação para o não fechamento de diários e nem lançamento das notas, a criação de comissões de mobilização e comunicação, realização de seminário sobre carreira na FAE, indicação das unidades acadêmicas de representantes para o Comando de Greve.

12 de julho (auditório da FAE): Aprovação da manutenção da greve. Os docentes apontaram um fortalecimento do movimento nas unidades acadêmicas e da adesão dos professores, principalmente, com o não fechamento do diário eletrônico. Aprovada a realização de uma reunião para mobilização dos docentes aposentados; a participação na Marcha a Brasília, no dia 18 de julho, organizada por diversas entidades representativas dos servidores públicos federais em uma iniciativa para

>> Página 14

intensificar a luta por melhorias nas condições de trabalho e de carreira; aprovada a redação de uma moção de apoio à greve dos servidores técnico-administrativos.

17 de julho (auditório da FAFICH): Os docentes rejeitam por quase unanimidade a proposta do governo apresentada na mesa de negociação do dia 14 de julho, pois ela não atendia a vários pontos de sua pauta de reivindicações: reestruturação da carreira com recomposição salarial; reenquadramento dos docentes aposentados; e implantação da infraestrutura necessária para a viabilização de novos cursos universitários criados a partir do REUNI.

25 de julho (auditório da Faculdade de Educação): Os professores iniciam a análise da contraproposta do governo para o reajuste salarial e de reestruturação da carreira docente, apresentada no dia 24 de julho às entidades representativas da categoria presentes na mesa de negociação.

27 de julho (auditório da Reitoria): A assembleia rejeita a contraproposta do governo e encaminha uma contraproposta dos docentes da UFMG com os seguintes pontos principais: 1) garantir a definição do Vencimento Básico dos Professores Federais pela Classe, pelo Nível, pelo Regime de Trabalho e pela Titulação, conforme previsto no PUCRCE); 2) garantir que os parâmetros de construção da Malha Salarial e de Hierarquização Progressiva voltem a ser explicitados em Dispositivo Legal, a exemplo do artigo 31 do Plano Único de 1987; 3) gradualizar a correção da Malha Salarial a partir de 1°/01/2013; 4) estabelecer uma mesa de negociação efetiva, com interlocutores válidos politicamente e qualificados tecnicamente com um cronograma rígido e intenso de reuniões; 5) fortalecer a presença de reitores e parlamentares da Câmara Federal e do Senado no processo de negociação efetiva.

06 de agosto (auditório da Reitoria): Os docentes rejeitam a proposta apresentada pelo governo no dia 01 de agosto e mantém a greve na instituição. Aprovada a solicitação de uma reunião com o reitor para pedido de apoio para reabertura do processo de negociação com o governo.

13 de agosto (auditório da Escola de Engenharia): 235 docentes votam pela manutenção da greve. Foram registrados ainda 10 votos contrários e 8 abstenções. Decisão motivada pela compreensão de que era necessário fortalecer o movimento e intensificar as ações para que o governo reabrisse as negociações com a categoria, encerradas unilateralmente no dia 1º de agosto. A assembleia aprovou a participação dos docentes na Plenária Conjunta entre Professores, Técnico - Administrativos e Estudantes, intitulada "Unidade pela Melhoria das Condições de Trabalho e Estudo na UFMG!", na escadaria da Reitoria, no dia 14; a participação no dia 17 de agosto na manifestação unificada do funcionalismo público federal em greve, em frente ao Ministério da Fazenda em Belo Horizonte; e a realização do Seminário "O Orçamento Público: Dívidas e Educação" para discutir a questão do financiamento e do investimento na educação.

21 de agosto (auditório da Reitoria): A greve é mantida na UFMG, pois os docentes consideraram que, apesar do governo trabalhar com o dia 31 de agosto como o prazo máximo para definição do orçamento para 2013, a data não foi considerada como um marco para o fim da greve. Isto porque os aspectos qualitativos da pauta de reivindicações da greve: reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho ainda poderiam ser discutidos em mesas de negociação e enquanto estiver tramitando no Congresso Nacional.

28 de agosto (auditório da Reitoria): 178 docentes votam pela continuidade da greve na instituição. É aprovada a entrega, no escritório da presidente Dilma em BH e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do documento de contraproposta do CNG com uma flexibilização da pauta de reivindicações no que diz respeito ao aumento salarial e prioriza a reestruturação da carreira.

05 de setembro (auditório do CAD I): 496 docentes comparecem à assembleia para discutir o fim da greve na UFMG. Na votação, 241 professores votam pelo fim imediato da greve, 13 professores abstiveram-se e 140 votaram pelo fim da greve com data marcada.

16 de outubro: A Apubh apresentou à Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal 6 (seis) emendas ao PL 4368/2012 (Carreira do Magistério). A apresentação foi feita através da liderança do PSB.

As emendas de número 71 a 76 podem ser conferidas no site da Apubh: (http://migre.me/cs1sv)

PROMOÇÃO

Professor filiado à Apubh, traga um colega para filiar-se e ganhe, você e o seu colega (cada um), um kit personalizado com:

1. Bolsa ecobag
2. Agenda
3. Pen drive
4. Caneta
5. 2 canecas
6. Garrafa de vinho tinto
7. Garrafa de vinho branco

Promoção válida enquanto durar o estoque.

// notícias

APUBH PARTICIPA DA FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS DA AMÉRICA DO SUL – FESIDUAS

Foi fundada no dia 2 de dezembro de 2011, em Buenos Aires, por federações e sindicatos docentes da América do Sul, a Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul – FESIDUAS. A nova entidade nasce com o objetivo de congregar os docentes e pesquisadores universitários e suas entidades representativas na América do Sul na busca por condições mais dignas de trabalho, reconhecimento de direitos e da importância da educação como instrumento de transformação econômica, política e social. De acordo com o Prof. José de Siqueira, vice-presidente da Apubh, a fundação da FESIDUAS se deu em um contexto de organização tanto do movimento docente brasileiro, já que a Apubh desfiliou-se recentemente do Proifes, quanto do sindicalismo regional e mundial. De fato, a FESIDUAS é mais uma entidade de classe regional, como a sua congênere do hemisfério norte, a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Educação da América Central, México e do Caribe-FESITRAUCAMC, a fazer face à tentativa da Internacional da Educação - IE, entidade de caráter mundial, com sede em Bruxelas, de ser a única entidade hegemônica a representar todos movimentos sindicais regionais e continentais ligados à Educação. A principal crítica que as entidades sindicais fundadoras têm à tentativa hegemônica da IE é justamente que a Educação é vista por esta como uma mercadoria, sujeita exclusivamente às leis de mercado.

Dentre os compromissos da FESIDUAS está o de promover ações, congressos, encontros e simpósios para troca de informações entre as entidades e produção de conhecimento para a defesa de uma universidade pública e gratuita, bem como a reivindicação de mais investimento na educação junto a organismos internacionais e aos governos da América do Sul.

SINDICATOS LANÇAM O MOVIMENTO DOCENTE INDEPENDENTE AUTÔNOMO

No dia 12 de julho de 2012, o Movimento Docente Independente e Autônomo das Instituições Federais de Ensino (MDIA) foi lançado por representantes do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Itajubá (Adunifei), do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh) e da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb).

Em nota publicada pela assessoria de comunicação da Apufsc, os criadores do Movimento apresentam os seus objetivos "defender os interesses de seus filiados, tendo como objetivos a defesa da dignidade dos professores ativos, aposentados e pensionistas das Instituições Federais de Ensino; lutar por melhores condições profissionais e salariais; pela qualidade do ensino superior no país; pela transparência na gestão das IFES; representar e defender, em juízo e fora dele, todos os seus filiados e seus representantes, devidamente autorizados nos termos do inciso XXI, do art.5º da Constituição Federal; representar os seus filiados, junto à Administração Pública Federal, em processos de negociação coletiva; e defender a democracia, a liberdade e os direitos humanos".

Inicialmente, participam do MDIA as entidades fundadoras, mas as demais associações e sindicatos docentes do país também podem associar-se. Ainda de acordo com a nota da assessoria o MDIA já possui um estatuto e uma diretoria colegiada eleita: coordenador administrativo e financeiro, Armando de Melo Lisboa (APUFSC), coordenador de relações intersindicais e institucional, José Lopes de Siqueira Neto (APUBH) e coordenador jurídico e de secretaria será Márcio Campos (APUFSC).

A íntegra da nota sobre o lançamento do MDIA e o vídeo podem ser conferidos no seguinte endereço: www.apufsc.ufsc.br/noticia/2700/.

Em novembro de 2012, o MDIA contou com a adesão da Associação Docente da Universidade de Brasília - Adunb.

Fonte: Assessoria de Imprensa da APUFSC.

+ opinião

O CONLUIO

Fernando Massote
Cientista Político e Escritor / massote@massote.pro.br

A criação de um CENTRO DA MEMÓRIA DA REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR foi discutida, nos últimos anos, ainda que por uma minoria. Foi apresentado, na Assembleia Legislativa do nosso estado, um Projeto de Lei para tombar o DOPS na av. Afonso Pena de BH, tornando-o centro do Memorial. O senador Aécio Neves se opôs e barrou o projeto.

Formou-se, recentemente, uma articulação integrada pela Comissão Nacional da Anistia, o prefeito de Belo Horizonte e a UFMG que colocou uma professora de História da UFMG no centro dessa movimentação.

Juntaram-se, também, ao movimento, militantes que, a meu ver, se tivessem lido bem inteligentemente a conjuntura política nacional e tomado por base as grandes contradições políticas nacionais e mineiras, teriam visto com facilidade os problemas dessa articulação. Afinal, alguns dizem, depois de algum tempo, que não há mais história, esquerda e ideologia, mas o fato é que nenhuma delas morreu e continuam criando fatos novos.

A olhos vistos houve uma ruptura entre Lula e Aécio, envolvendo, também, Marcio Lacerda. Nessa "crise de ciclo" político que estamos vivendo de pouco mais de uns dois ou três meses para cá, grande parte do conluio parece, assim, não ter mais sentido. A política, afinal, não vive só de saudosismo ou rememoração mecânica do passado, mas, vivamente, de rearticulação do futuro!

De tudo isso nada veio à tona com clareza e transparência, tomando mais as feições de um conluio do que uma verdadeira mobilização. Transformaram o projeto na construção de um Centro Nacional da Anistia. Assinaram, há dias, um documento que decide essa construção e uma praça atrás do antigo prédio da Fafich, próximo à rua Carangola. Valeram-se de uma reunião do que chamam de "Caravana da Anistia", interessando muitas pessoas que querem uma resposta aos danos de tantos tipos que sofreram com a repressão, para assinar esse documento. Essa reunião funcionou como ocasião que caiu do céu para a captação do consenso ou legitimação, para a assinatura do documento...

Chovem as perguntas a respeito dessa questão, porque as coisas não foram feitas às claras, com transparência. Por que a indicação do tombamento do DOPS foi barrada? Como foi a luta para impedir isso? Por que a construção de um Centro da anistia brasileira em BH? Por que a centralização de todo esse projeto na UFMG? As outras universidades mineiras e nacionais não foram também vítimas da repressão e não reagiram à ela? Porque só um grupelho discutiu isso sem alargar a discussão? No Conselho Universitário da UFMG, vários professores dizem que "ouviram falar" do caso, outros que foram informados da ideia, mas ninguém participou de discussão alguma. As outras Universidades mineiras, logicamente, como o Conselho Universitário da UFMG, também não foram envolvidas na discussão. Agora, elas estão sendo solicitadas a mandar material para a UFMG. Transformaram-se em centros burocráticos do memorial da anistia!

Sabemos que BH foi uma grande vítima da violência da ditadura. Mas Juiz de Fora funcionou por longo tempo como um centro da repressão institucionalizada. Porque a prefeitura de Juiz de Fora e outras grandes prefeituras mineiras - algumas, como Juiz de Fora, com Universidades importantes - não estão presentes entre os articuladores centrais da questão? Alargar, democraticamente, não é melhor do que restringir?

A questão foi "fechada" como é hábito na política mineira, num quarto escuro... bem longe dos interesses e olhos do povo; a olhos vistos, o projeto do Centro é um conluio entre a UFMG, a prefeitura de BH, Aécio Neves e um grupelho de interessados políticos. Os torturados e assassinados no DOPS mais parecem ocupar o lugar de meros figurantes. Assinaram um papel e ficou assim, pronta, a decisão para a construção do prédio na Rua Carangola, conforme decisão publicada no Boletim da UFMG nº 1651, de 04.05.2009.

Quem mais se pronuncia sobre o assunto é uma professora do departamento de história da UFMG que está sempre no centro de tudo. Ela, que já foi vice-reitora e aprontou poucas e boas na Universidade,

diz que a UFMG foi escolhida para sediar e dirigir a entidade, pelo papel que exerceu contra a repressão. Ora, todas as universidades e escolas federais e não federais, de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e do Brasil - foram vítimas e reagiram à da repressão da ditadura, ou não? Porque agora ela quer isolar a UFMG nesse papel de resistente à ditadura? Foram tão poucos os que lutaram contra a ditadura? Só porque ela está ligada à UFMG e quer estar no centro desta "combinação"? Quer privilegiar o Departamento de História da UFMG? As outras universidades mineiras não têm também um departamento de história? Eles foram consultados, mobilizados? Mas porque a luta contra a repressão, sobretudo no plano dos estudos, deve ter a ver só com os que ensinam e pesquisam a história? Isso não é excluir todos os outros? Toda a área das ciências humanas! Isto não agride, retringindo-o, o próprio projeto da memória da repressão? Essa pergunta nos faz voltar à professora que, excluindo todo mundo, sempre, quer porque quer ficar praticamente sozinha, no centro das coisas. Ela, visivelmente não é cercada de simpatia, mas mexe, remexe e se apadrinha aqui e acolá.

Para justificar o papel da UFMG eles buscam apoio no reitorado do prof. Cid Velloso. Tivemos mesmo, naquele reitorado, uma luta importante em defesa da Universidade, quando reunimos em BH, representações de todas as universidades e escolas técnicas federais mineiras e criamos o CENTRO DE APOIO À CONSTITUINTE – (CEAC-MG), que me elegeu como seu presidente. Agimos por dois anos e publicamos nesse período, um boletim por semana, sobre as nossas atividades. Não nos interessavam os conluios e sim a informação e a mobilização da comunidade e atuamos sempre monitorados por uma permanente comunicação institucional-política e editorial com as outras universidades.

Esta é uma questão que deve ser debatida, envolvendo, dentro e fora da universidade, muita gente. Temos que bater nessa tecla até nos cansarmos se quisermos ser sérios. É o deputado da "Caravana da Anistia" – nome romântico, messiânico como seus criadores... - que não quer dizer nada ao certo (<www.massote.pro.br> "Centro da Memória da Repressão" e comentários) mas tocar o conluio pra frente, a pró-reitora e/ou vice-reitora que articula e manipula tudo no interesse próprio, o reitor excluindo todos da discussão e alheio aos interesses que afetam a vida de milhares de pessoas que estudam e trabalham na UFMG e outras universidades e escolas federais e não. Precisamos voltar ao conceito de que a sociedade deve estar no centro das decisões. Não há democracia sem isso. Repete-se aqui o que dizia Lampedusa no "O Gato Pardo": "é preciso que tudo mude para que tudo fique como está".

Onde está, para ser lida, entrar, enfim, no debate, a história do tombamento do DOPS? Ou não merece nem ser lida, não interessa, deixa pra lá... Parece até que a Rua Carangola serve, não só para agradar umas figuras da UFMG, mas também para deixar o velho DOPS bem no seu lugar de sempre. Mobilizaram a sociedade (praça pública, rádios, jornais, TVs, Câmaras de vereadores e assembleias, universidades e escolas, etc.)? Tem quem acha que isto custa muito tempo e é muita dor de cabeça...

Em Porto Alegre não fizeram uma construção gastando muito dinheiro para centralizar e/ou esconder tudo nos cafundós das ruas carangolas da vida; fizeram um grande movimento descentralizando a "memória" da repressão e indicando com grandes placas todos os lugares utilizados pela repressão para torturar e matar. Isso deveria ser feito no Brasil inteiro. Centralizar é sempre burocratizar e distanciar do povo. As elites são mestras nisso. O deputado da Caravana da Anistia que participa do conluio e seu partido fizeram um concurso e passaram nas provas para fazer sempre como a elite quer? É assim?

Mas vamos também homenagear os gregos e fazer o que eles sempre ensinavam: "a pergunta, que fica mais próxima da sabedoria que a resposta". Querem fazer o Centro da Memória da anistia - nacional - em B.H? Como e por quê foi tomada esta decisão ninguém explicou em lugar algum.

Mas vamos tomar por boa esta afirmação como se ela já estivesse justificada e explicada. Faríamos, então, gregamente, a pergunta: além de um centro da Anistia Nacional querem também fazer um centro da Memória da Repressão que houve e há hoje em Minas Gerais?

Gostariam de fazer as duas coisas em BH? Ora, as duas questões não seriam substantivamente uma só? Pois, porque seriam contraditórias e não complementares? Afinal não seria só uma questão técnica, a de organizar a compatibilização/complementação espacial das duas? Por que isto excluiria tirar o DOPS das mãos sangrentas da repressão do passado e do presente e tombá-lo, transformando-o no Centro das duas, sem prejuízo de outras somas, de outros lugares, que poderiam ser feitas?

// notícias



1 APUBH recebe homenagem do Sind-UTE

A Apubh foi homenageada pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG em agradecimento ao apoio dado durante a greve dos professores em 2011. A homenagem foi recebida por José de Siqueira, presidente da Apubh à época, durante o 9º Congresso do Sind-UTE/MG e 21º dos Trabalhadores em Educação, realizado em Araxá, entre os dias 10 e 12 de fevereiro.

Novos Convênios:

1 Sinergia Stúdio Pilates e Estética

Concessão de desconto de 10% sobre o preço total de tabela vigente aos filiados e dependentes.

Rua Jornalista Wilson Ângelo,170, Loja 4
Bairro Ouro Preto, Belo Horizonte - MG
Fone: (31) 2516-1727
www.sinergiapilatesestetica.com.br

2 Colégio Palas Atena Ensino Médio LTDA

Concessão de desconto de 30% (trinta por cento) sobre o preço total da mensalidade aos filiados e seus dependentes.

Rua Alameda do Ipê Branco, nº 1279
Bairro São Luiz, Belo Horizonte - MG
Fone: 3443- 3697
www.colegiopalasatena.com.br

3 Farmácia Real LTDA - Montes Claros

Concessão de descontos de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o preço total do produto, para aquisição à vista; e desconto de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o preço total do produto, para aquisição através de crediário com prazo pagamento mensal.

Rua Doutor Santos, 114
Centro - Montes Claros - MG
Fone: (38) 3221-2844

4 Drogaria Minas Brasil

Concessão de descontos sobre o preço total do produto, para aquisição à vista de:
- 12% (doze por cento) para medicamentos éticos;
- 13% (treze por cento) para medicamentos similares;
- 18% (dezoito por cento) para medicamentos genéricos;
- 7% (sete por cento) para medicamentos onerosos e
- 20% (vinte por cento) para perfumaria.

Rua Doutor Santos,50 - Centro - Montes Claros - MG
Telefone: (38) 3221-2011 / (38) 3690-2011

5 MR Som SCAP LTDA

A Apubh firmou convênio com a MR Som SCAP LTDA para a concessão de descontos de 10% em toda linha de escapamentos - catalisadores originais, 10% em mecânica geral – injeção; 10% em serviços de alinhamento e balanceamento; 10% peças em geral; 10% em suspensão e freios e 5% em troca de óleo; sobre o preço total aos filiados e dependentes da contratante.

Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 2056
Bairro Cachoeirinha, Belo Horizonte - MG
Fone: (31) 3442-9720 e (31) 4141-1040
www.mrescapamentos.com.br

6 Luciana Carvalho – Terapeuta Holística

Concessão de descontos de 50% sobre o preço total dos atendimentos e cursos individuais em Shiatsu, Reflexologia, Terapia corporal, Leitura corporal, Massoterapia Sistêmica para os filiados ao sindicato e seus dependentes.

Rua Palmira 62 – Serra/ Funcionários. Telefone: 9278-0968.

Para fazer jus aos descontos, o filiado da Apubh deve apresentar o último contracheque com o desconto da mensalidade do sindicato.

III EDIÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE ASSÉDIO MORAL FOI REALIZADA EM JUNHO

O SINDIFES (Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – UFMG, CEFET-MG, UFVJM e IFMG) e a APUBH (Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros) promoveram o "III Seminário Sobre Assédio Moral – Denuncie!" no dia 5 de junho, terça-feira, às 8h, no auditório da Reitoria da UFMG, na Avenida Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte/MG.

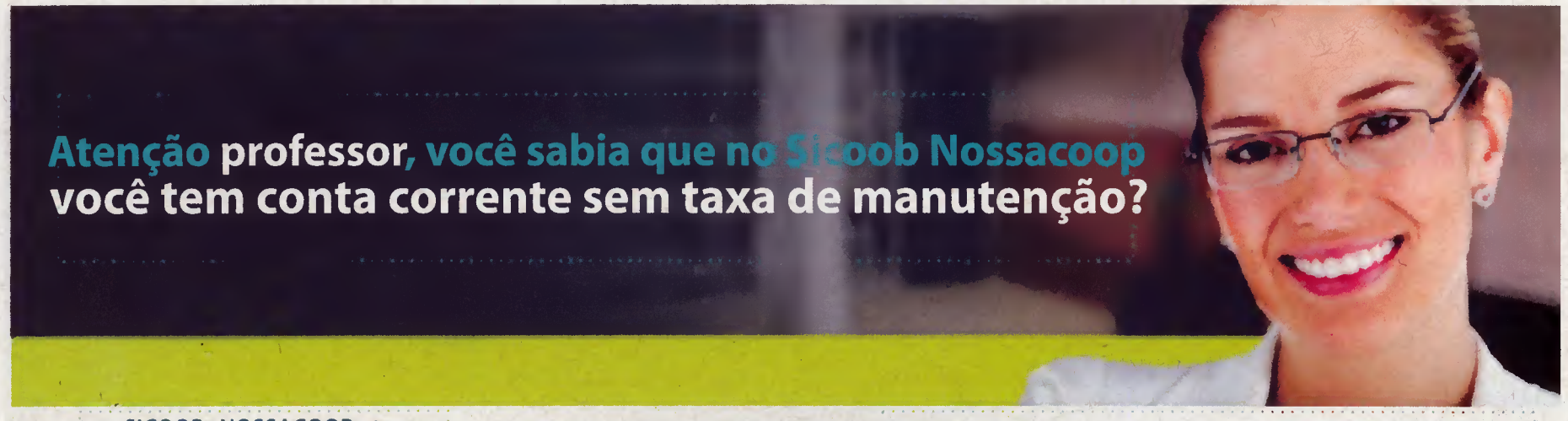
Nesta terceira edição do Seminário, o objetivo do SINDIFES e da APUBH foi apresentar e debater as forma de resistência a assédio moral nos ambientes de trabalho e de como as vítimas e testemunhas podem agir para denunciar os assediadores. Para a conferência magna foi convidada a professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Margarida Barreto, autoridade brasileira sobre as temáticas relacionadas ao assédio moral.



Vinícius Matias

Margarida Barreto, autoridade brasileira em temáticas sobre assédio moral proferiu conferência magna

Dentro desta perspectiva foi realizada, no período da tarde, uma Mesa Temática: Ações de Combate ao Assédio Moral, onde os Sindicatos apresentaram seus trabalhos e debateram as melhores práticas de luta e resistência.



O SICOOB NOSSACOOP é uma cooperativa de crédito que atende os Empregados das Instituições de Ensino Superior e Pesquisas Científica e Tecnológica, e dos Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego de Minas Gerais Ltda.

Conheça os motivos e os benefícios de ser SICOOB NOSSACOOP

(31) 3492-8616
www.sicoobnossacoop.com.br

Abra sua conta no Sicoob Nossacoop e aproveite as vantagens que a cooperativa de crédito da UFMG lhe oferece!

Aplicações Financeiras/Capital Social/Cartão de Débito/Cartão de Crédito/Cheque Especial/Conta Corrente/ Menores Taxas do Mercado / DDA / Débito Automático/Distribuição de Sobras/Internet Banking /Recebimento de Salário/ Recebimentos de Contas /Rede 24 horas/Seguros - Automóvel, Vida e Residencial/Previdência/Consórcio/Poupança/ Poupança Kids

Postos de Atendimento:
P. A. CEFET-MG Campus I - Av. Amazonas, 5253 - Nova Suiça - (31) 3371-1644
P.A. Campus Saúde - Av. Alfredo Balena,190 - sala 1002 - Faculdade de Medicina - (31) 3274-2266
P.A. Fac. Novos Horizontes - Rua Alvarenga Peixoto,1270 - Santo Agostinho - (31) 3292-2222
P.A. MTE - Rua Curitiba,820 - (31) 2511-8616
P.A. Unimontes - Campus Universitário - Prédio 2 - Vila Mauricéia - (38) 3223-6205
P.A. PUC - Av. Dom José Gaspar,967 - Dom Cabral - (31) 2512-8616

SICOOB Nossacoop